



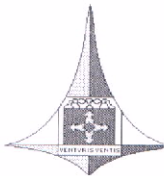
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Processo : 410.000.504/2016⁴
Interessado: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
Assunto : Celebração de Contrato – artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93

ATO AUTORIZATIVO DA DESPESA E DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando as informações e justificativas apresentadas pela Subsecretaria de Licitações desta SEPLAG, em especial o projeto básico de fls. 315/360 e anexos (remissão), complementadas às fls. 361/364, aprovado pela Ordenadora de despesas à fl. 343; a documentação de habilitação de fls. 425/462, 481/543 e fl. 576; o Despacho nº 015/2016-DACC/COAPREC/SUAG/SEPLAG, produzido pela Diretoria de Administração de Contratos e Convênios às fls. 549/550; a manifestação exarada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 241/2016-PRCON/PGDF (fls. 552/557), disponibilidade orçamentária de fl. 563 e empenho de fl. 571; Autorização de despesa pela Câmara de Governança/DF à fl. 573; Nota da área técnica de fl. 574; NOTA/AJL/SEPLAG Nº 79/2016 de fl. 575, Despacho nº 017/2016-DACC/COAPREC de fl. 577, e tendo em vista a delegação de competência prevista nos incisos I e II do artigo 30 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010; **AUTORIZO** a realização de despesa e a dispensa de licitação, fundada na hipótese do artigo 24, inciso IV, da lei 8666/93, no valor total de **R\$ 2.444.177,16 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e dezesseis centavos)**, para a contratação da empresa, **para um período de até 180 (cento e oitenta) dias**, na forma da proposta comercial apresentada pela Contratada de fls. 425/434, em favor da empresa **DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.370.244/0001-30, visando a prestação de serviços de Bombeiros Particulares (Brigadistas), para a execução de serviços de brigada contra incêndio e pânico nas dependências administradas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, conforme condições constantes do Projeto Básico, com anexos, de fls. 315 a 360, Nota Técnica 001/2016 – SUCORP/SEPLAG (fls. 2/4), da Proposta (fls. 425/434), com fulcro no artigo 24, inciso IV c/c artigo 26, ambos da Lei 8.666/1993, do art. 3º do Decreto nº 34.466/2013, da Decisão nº 3500/1999 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais disposições legais vigentes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

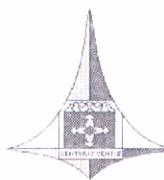
Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

O valor mensal total do contrato será de **RS 407.362,86** (quatrocentos e sete mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Encaminhe-se à Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão para ratificação do ato de Dispensa de Licitação, na forma do disposto no *caput* do artigo 26 da Lei 8.666/93.

Brasília/DF, 24 de março 2016.

LUCIANA CARVALHO
Subsecretária de Administração Geral
SEPLAG



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO POR DISPENSA
DE LICITAÇÃO**

Em 24 de março 2016.

Considerando as informações e justificativas apresentadas pela Subsecretaria de Licitações desta SEPLAG, em especial o projeto básico de fls. 315/360 e anexos (remissão), complementadas às fls. 361/364, aprovado pela Ordenadora de despesas à fl. 343; a documentação de habilitação de fls. 425/462, 481/543 e fl. 576; o Despacho nº 015/2016-DACC/COAPREC/SUAG/SEPLAG, produzido pela Diretoria de Administração de Contratos e Convênios às fls. 549/550; a manifestação exarada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 241/2016-PRCON/PGDF (fls. 552/557), disponibilidade orçamentária de fl. 563 e empenho de fl. 571; Autorização de despesa pela Câmara de Governança/DF à fl. 573; Nota da área técnica de fl. 574; NOTA/AJL/SEPLAG Nº 79/2016 de fl. 575, Despacho nº 017/2016-DACC/COAPREC de fl. 577, o Ato Autorizativo da Despesa e Dispensa de Licitação subscrito pela Subsecretária de Administração Geral desta SEPLAG, tudo em conformidade com o inciso IV, art. 24, c/c art. 26 e demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais aplicáveis em vigor:

RATIFICO a contratação por dispensa de licitação da empresa **DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.370.244/0001-30, para a prestação de serviço de Bombeiros Civis, que atuem na prestação de brigada contra incêndio e pânico, com alocação de postos diurnos e noturnos, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do GDF e de outros órgãos, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Projeto Básico de fls. 315/360, da Proposta da Contratada de fls. 425/434, e da Justificativa de Dispensa de Licitação acostada aos autos de fls. 315/317, baseada no inciso IV, art. 24, c/c art. 26 e demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 3º do Decreto nº 34.466/2013 e na Decisão nº 3500/1999 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no valor total de **R\$ 2.444.177,16 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

reais e dezesseis centavos) procedentes do Orçamento do Distrito Federal, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual, para o período de até 180 (cento e oitenta) dias.

Restituam-se os autos à SUAG, para as demais providências administrativas cabíveis.

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

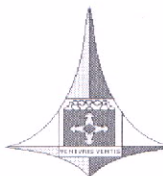
Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Processo: 410.000.504/2016
Interessado: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Assunto: Celebração de Contrato – artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93

ATO AUTORIZATIVO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

Considerando as informações e justificativas apresentadas pela Subsecretaria de Licitações desta SEPLAG, em especial o projeto básico de fls. 315/360 e anexos (remissão), complementadas às fls. 361/364, aprovado pela Ordenadora de despesas à fl. 343; a documentação de habilitação de fls. 425/462, 481/543 e fl. 576; o Despacho nº 015/2016-DACC/COAPREC/SUAG/SEPLAG, produzido pela Diretoria de Administração de Contratos e Convênios às fls. 549/550; a manifestação exarada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 241/2016-PRCON/PGDF (fls. 552/557), disponibilidade orçamentária de fl. 563 e empenho de fl. 571; Autorização de despesa pela Câmara de Governança/DF à fl.573; Nota da área técnica de fl. 574; NOTA/AJL/SEPLAG Nº 79/2016 de fl. 575, Despacho nº 017/2016-DACC/COAPREC de fl. 577, o Ato Autorizativo da Despesa e Dispensa de Licitação subscrito pela Subsecretária de Administração Geral desta SEPLAG, tudo em conformidade com o inciso IV, art. 24, c/c art. 26 e demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais aplicáveis em vigor:

AUTORIZO E DETERMINO a celebração do Contrato Emergencial com a empresa **DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.370.244/0001-30, no valor total de **R\$ 2.444.177,16 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e dezesseis centavos)** sendo que o presente termo tem por objeto a prestação de serviços de Bombeiros Cíveis, que atuem na prestação de brigada contra incêndio e pânico, com alocação de postos diurnos e noturnos, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do GDF e de outros órgãos, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Projeto Básico de fls. 315/360, da Proposta da Contratada de fls. 425/434, e da Justificativa de Dispensa de Licitação acostada aos autos de fls. 315/317, baseada no inciso IV, art. 24, c/c



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

art. 26 e demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do art. 3º do Decreto nº 34.466/2013 e da Decisão nº 3500/1999 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

DETERMINO, ainda, a apresentação da garantia contratual na forma prevista pelo art. 56, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, e na Cláusula Nona do Termo Contratual.

Restituam-se os autos à SUAG, para as demais providências administrativas cabíveis.

Brasília/DF, 24 de março de 2016.

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 07/2016 - SEPLAG, nos
Termos do Padrão n.º 02/2002.
Processo n.º 410.000.504/2016.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME**, com sede na Avenida Araucárias, Lote 305, Águas Claras, Brasília-DF, CEP: 71.936-250, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.370.244/0001-30, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **MARIA LUCILLY SOUZA MACHADO**, portadora do RG n.º 2.812.889, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 048.530.221-71, na qualidade de Sócia Gerente.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos e condições, quantidades e especificações constantes do Projeto Básico, com anexos, de fls. 314 a 359, Nota Técnica 001/2016 – SUCORP/SEPLAG (fls. 2/4), da Proposta (fl. 425/434), datada de 18/03/2016, e da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Bombeiros Particulares (Brigadistas), para a execução de serviços de brigada contra incêndio e pânico nas dependências administradas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, conforme condições constantes do Projeto Básico, com anexos, de fls. 314 a 359, Nota

Folha: _____
Processo: 410-000.504/2016

Rubrica _____ Matrícula: 268984-7

Página 1 de 6

Técnica 001/2016 – SUCORP/SEPLAG (fls. 2/4), da Proposta (fls. 425/434), que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos Artigos 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1. - O valor total do Contrato é de **RS 2.444.177,16 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e dezesseis centavos)**, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual, sendo:

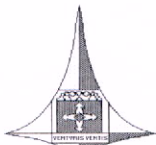
TIPO DE POSTO	QDE DE POSTOS	TOTAL DE PROFIS-SIONAIS	VALOR MENSAL DO PROFIS-SIONAL (RS)	VALOR MENSAL DO POSTO (RS)	VALOR MENSAL GLOBAL (RS)	VALOR GLOBAL PARA 6 MESES
BRIGADA DIURNO	10	40	7.620,45	30.481,80	304.818,00	1.828.908,00
BRIGADA NOTURNO	2	8	8.567,18	34.268,72	68.537,44	411.224,64
CHEFE DIURNO	1	2	11.321,53	22.643,06	22.643,06	135.858,36
FOLGUIST A	1	1,33	8.567,18	11.364,36	11.364,36	68.186,16
Total Mensal					407.362,86	2.444.177,16
Total para 180 dias						

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidade Orçamentária: 32101;
- II - Programa de Trabalho: 04 122 6003 2990 3875;
- III - Natureza da Despesa: 33 90 39
- IV - Fonte de Recursos: 101.

6.2 - O empenho inicial é de **RS 2.444.177,16 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e dezesseis centavos)**, conforme Nota de Empenho n.º 2016NE00361, emitida em 24/03/2016, sob o evento n.º 400091, na modalidade estimativo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2 - Na ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar à contratante prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, além da apresentação de prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir de 26 de março de 2016, em conformidade com o Inciso IV do Artigo 24 e Artigo 26 da Lei 8.666/1993, podendo ser rescindido antecipadamente unilateralmente, por interesse da Administração ou no momento em que for concluído processo licitatório para o presente objeto.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

A Contratada prestará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, **R\$ 122.208,86 (cento e vinte e dois mil, duzentos e oito reais e oitenta e seis centavos)**, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei n.º 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações e Responsabilidades do Distrito Federal

10.1 - Constituem obrigações do Distrito Federal:

- I. Comunicar prontamente a Contratada toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços e/ou nos fornecimentos executados;
- II. Designar servidor, como Executor para o contrato ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentárias e Financeiras vigentes;
- III. Efetuar os pagamentos de acordo com as Normas de Execução Orçamentárias e Financeiras vigentes;
- IV. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67, da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, art. 13, Inciso II e § 3º;
- V. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- VI. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- VII. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

Folha: _____
Processo: 410-000.504/2016

Rubrica _____ Matrícula: 268984-7

VIII. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado;

10.2 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

- I - até o décimo dia do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato, consoante determina a Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007;
- II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 - Cumprir e fazer cumprir toda a legislação de proteção às pessoas excluídas, à mulher, aos idosos, bem como o disposto na Lei Distrital nº 4.118/2008.

11.5 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as demais obrigações constantes do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico n.º 326/2009-CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 415 a 475).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.2 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto n.º 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 103, de 31 de maio de 2006, págs. 05 a 07, que regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002.

13.3 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no presente contrato, em face do disposto nos Artigos. 81, 86, 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, será obedecida no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da rescisão amigável

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, desde que conveniente para a Administração, fundamentado e autorizado pela autoridade competente, conforme estabelece o Art. 79, inciso I e § 1º, da Lei 8.666/1993

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, designará um Executor para o Contrato, que

Folha: _____
Processo: 410-000.504/2016

Rubrica _____ Matrícula: 268984-7

Página 5 de 6

desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro no livro próprio da Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília (DF), 24 de março de 2016.

Pelo Distrito Federal:



LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF

Pela Contratada:



MARIA LUCILLY SOUZA MACHADO
Sócia Gerente